



Graduação  Pós-Graduação  
 Artigo completo  Relato de prática  Resumo expandido

**POLÍTICAS PÚBLICAS E SOBERANIA ENERGÉTICA: O Papel do Setor  
Sucroenergético na Estabilidade Econômica do Brasil**

**Thais Gomes de Oliveira**  
Universidade Federal do Paraná (PPGETA/UFPR)  
direito.thais@gmail.com

**Mallú de Mendonça Barros**  
Instituto de Pós-graduação e Graduação de Goiás (IPOG)  
mallumendonca.adm@gmail.com

**RESUMO**

Este estudo analisa a importância estratégica do setor produtivo de etanol como pilar do agronegócio e da soberania energética brasileira. Forma objetivos: realizar um levantamento do histórico-legal do Proálcool enquanto política pública voltada à autossuficiência energética brasileira; identificar programas e ações que, estimularam a indústria sucroenergética na cadeia produtiva do agronegócio. O problema central focou em como o Programa Nacional do Álcool buscou garantir a autossuficiência energética diante de vulnerabilidades externas. A metodologia consistiu em uma revisão de literatura descritivo-exploratória com foco no levantamento histórico-legal do setor. Como resultados, identificou-se que o Proálcool foi uma resposta crucial à crise do petróleo de 1973, evoluindo para marcos modernos como a Lei do Combustível do Futuro (2024) e medidas recentes de 2026 para conter impactos de conflitos no Oriente Médio. A conclusão destaca as políticas públicas e regramentos estratégicos do Governo brasileiro para reduzir dependências externas, e reforçar a importância de uma matriz energética sustentável, com vistas a estabilidade econômica e o desenvolvimento do agronegócio nacional, mesmo em contextos geopolíticos adversos.

**Palavras-chave:** Indústria Sucroenergética; Agronegócio; Eficiência energética.

## 1 INTRODUÇÃO

A soberania e a autossuficiência energética tornaram-se dimensões centrais para a estabilidade econômica e produtiva de países cuja estrutura industrial depende do fornecimento contínuo de combustíveis. Em cenários de instabilidade internacional, choques de preço e risco de desabastecimento, reconhecer o potencial energético é diferencial estratégico, e impacta diretamente na competitividade econômica e na segurança nacional.

Se a crise do petróleo foi um marco para o fim da era do petróleo barato, com a formação do cartel dos países exportadores a partir de 1973, e que provocou profundas transformações nas economias de todo o mundo, em especial aos países importadores, especialmente os subdesenvolvidos, foram os mais afetados, dadas as dificuldades de adaptação à realidade internacional à época (Ferreira, 1981), o ano de 2026 tem sinalizado, graças aos conflitos geopolíticos entre Irã, Estados Unidos e Israel que o cenário do combustível fóssil é uma temática em voga no contexto mundial, mediante o alerta e o temor que desestabiliza inúmeros negócios que demandam dessa matriz energética.

Se isso foi um dilema, na década de 70 que, ensejou ao Governo brasileiro, soluções energéticas com a criação do Programa Nacional do Álcool em 1975, o Proálcool, como foi popularmente batizado, que possibilitou o desenvolvimento das técnicas e aperfeiçoamento dos insumos para a produção de álcool etílico (De Andrade; Carvalho & Souza, 2009), em 2026 o Governo Federal publicou a Medida Provisória 1340/2026, que estabelece uma subvenção de 10 bilhões de Reais para isenção de PIS e COFINS como medida para aliviar a pressão sobre o preço do diesel, fundamental para o escoamento de safra e outros setores econômicos críticos diante da guerra no Oriente Médio (BRASIL, MP 1344/26).

Assim, o objetivo geral consistiu em realizar um levantamento do histórico-legal do Proálcool enquanto política pública voltada à autossuficiência energética brasileira; e como objetivo específico, identificar programas e ações que, estimularam a indústria sucroalcooleira, também conhecido como sucoenergético, quanto aos instrumentos de incentivo, expansão do etanol na cadeia produtiva do agronegócio.

Buscou-se responder a seguinte questão-problema: como o Programa Proálcool garantiu a autossuficiência energética no Brasil? Trabalha-se com a hipótese de que o Governo militar foi motivado principalmente pela crise mundial do petróleo, ao criar uma política como resposta estratégica para reduzir vulnerabilidades e sustentar o funcionamento da economia.

O procedimento metodológico adotado é uma revisão da literatura, com abordagem

descritivo-exploratória, com base em publicações científicas, cuja relevância destacam as soluções de eficiência energética do setor pesquisado ao mesmo tempo que se tornaram políticas públicas motivadas pelas Conferências do Clima, enquanto novas matrizes energéticas e de interesses globais, o que favorece modelos de negócios, como o agronegócio e o avanço de marcos normativos.

Por fim, a expectativa da pesquisa reconheceu o vasto arcabouço legal de estímulo, de benefícios de produção sucroalcooleiro e a compreensão do papel do Estado na coordenação entre energia e agronegócio a partir das políticas públicas energéticas em conjunturas adversas.

## 2 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

### 2.1 BIOCOMBUSTÍVEIS COMO ESTRATÉGIA DE SOBERANIA ENERGÉTICA: DO PROÁLCOOL À LEI DO COMBUSTÍVEL DO FUTURO

O Brasil tem uma história rica no desenvolvimento e implementação de biocombustíveis, com um destaque particular para o Programa Proálcool (Programa Nacional do Álcool), criado na década de 1970, como uma resposta à crise do petróleo, buscando garantir a autossuficiência energética do país, ao mesmo tempo em que estimulava a produção agrícola e a diversificação da matriz energética, em 2026 com o aumento das tensões geopolíticas e a crise no fornecimento de combustíveis, especialmente no contexto do conflito entre Estados Unidos e Irã, o Brasil enfrenta um novo momento para os biocombustíveis.

Assim, o Proálcool (instituído pelo Dec. 76.593/1975), foi uma resposta da crise do petróleo nos anos 1970, sendo criado na era do Governo Militar, cujo presidente era Ernesto Geisel (1974-1979), e ensejou a mistura de álcool anidro à gasolina, impulsionando a produção brasileira a partir da cana-de-açúcar. A partir de 2003, a política energética nacional passou a valorizar os biocombustíveis, investindo não apenas na produção interna como também na articulação voltada à criação de um mercado mundial de combustíveis renováveis “verdes”. Nesse momento, o “álcool” é rebatizado como etanol (Castilho & Sampaio, 2019).

Nesse contexto, ao longo dos anos, o Brasil se consolidou como um dos maiores produtores e exportadores de biocombustíveis, especialmente etanol, devido ao crescimento das usinas de açúcar e etanol no país e, desde 2024, com o advento da Lei nº 14993 /2024, conhecida como a Lei do Combustível do Futuro, que alterou o percentual da mistura de etanol à gasolina, biodiesel ao diesel (BRASIL, 2024), tendo-se, portanto, a transição energética do Brasil que alinhava a outras estratégias globais e de interesse do mercado sobretudo diante da redução de



emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) que era o compromisso do Brasil com o Acordo de Paris, enquanto signatário da ONU, na busca por diminuir a dependência de combustíveis fósseis; isso fortaleceu a economia nacional, gerou empregos e desenvolvimento sustentável, o que estimulou a produção nacional e o mercado do agronegócio como principal no PIB do país, a cana avançou 4,5% sendo responsável, em 2025, à R\$ 95,9 bilhões (CNA, 2025).

Por fim, cabe destacar que a Lei nº14993/2024, Lei do Combustível do futuro, que possibilitou o aumento para 30% de etanol na gasolina e 15% de biodiesel no diesel, desde 2025, verificou-se uma tendência de política pública iniciada pelo Proálcool, todavia com um olhar mais moderno e ambientalmente consciente, visto que o biometano tem o potencial de substituir o gás natural fóssil, além de contribuir para a descarbonização do setor de gás e impulsionando ainda mais a economia de bioenergia no Brasil e, por conseguinte, reduzir sua dependência de combustíveis o que estimulou o Governo Federal a Medida Provisória Nº 1340/2026, quanto a subvenção de 10 bilhões de Reais para isenção de PIS e COFINS na busca aliviar a pressão sobre o preço do diesel, e segurar o valor em tempos de guerra e articulando a indústria e setor agrícola com vistas a reduzir a dependência de derivados de petróleo e dar segurança do abastecimento.

### 3 CONCLUSÕES

O setor produtivo do etanol consolidou-se como um pilar estratégico do agronegócio brasileiro ao integrar o aproveitamento da biomassa à matriz energética sustentável, mesmo diante de instabilidades econômicas globais. Através de um levantamento histórico-legal, o estudo demonstra como políticas públicas e incentivos ao setor sucroenergético impulsionaram a expansão do biocombustível no país. O Proálcool, especificamente, surge como a resposta central à busca por autossuficiência energética, confirmando a hipótese de que sua criação foi uma manobra estratégica do governo militar para mitigar as vulnerabilidades causadas pela crise mundial do petróleo e garantir a estabilidade econômica nacional.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Medida Provisória 1344/26** . Define crédito extraordinário no Orçamento de 2026. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/173213/pdf> Acesso: 30 mar. 2026.

BRASIL. **Lei Nº 14.993, De 8 de Outubro de 2024**. Dispõe sobre a promoção da mobilidade sustentável de baixo carbono e a captura e a estocagem geológica de dióxido de carbono. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/114993.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114993.htm) Acesso: 02.abr.2026.



CASTILLO, R; SAMPAIO, M. A. P. Reestruturação produtiva e regionalização do agronegócio canavieiro no Brasil no século XXI. **Espaço geográfico e competitividade: regionalização do setor sucroenergético no Brasil**, p. 235-250, 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Julia-Bernardes/publication/361370104\\_Espaco\\_geografico\\_e\\_competitividade\\_regionalizacao\\_do\\_setor\\_sucroenergetico\\_no\\_Brasil/links/62ac786a40d84c1401b1f72c/Espaco-geografico-e-competitividade-regionalizacao-do-setor-sucroenergetico-no-Brasil.pdf#page=237](https://www.researchgate.net/profile/Julia-Bernardes/publication/361370104_Espaco_geografico_e_competitividade_regionalizacao_do_setor_sucroenergetico_no_Brasil/links/62ac786a40d84c1401b1f72c/Espaco-geografico-e-competitividade-regionalizacao-do-setor-sucroenergetico-no-Brasil.pdf#page=237) Acesso: 25. mar.2026.

DE ANDRADE, E. T.; DE CARVALHO, S. R. G.; DE SOUZA, L. F. Programa do Proálcool e o etanol no Brasil. **Engevista**, v. 11, n. 2, p. 127-136, 2009. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/ednilton-andrade/publication/38100926\\_programa\\_do\\_proalcool\\_e\\_o\\_etanol\\_no\\_brasil/links/0c96051bf1f284a26a000000/programa-do-proalcool-e-o-etanol-no-brasil.pdf](https://www.researchgate.net/profile/ednilton-andrade/publication/38100926_programa_do_proalcool_e_o_etanol_no_brasil/links/0c96051bf1f284a26a000000/programa-do-proalcool-e-o-etanol-no-brasil.pdf) Acesso: 25.Mar.2026.

CNA. **Análise de mercado e perspectivas para o setor sucroenergético - Safra 2025/26** Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/publicacoes/analise-de-mercado-e-perspectivas-para-o-setor-sucroenergetico-safra-2025-26> Acesso: 31.mar.2026.

FERREIRA, L. R. **Proálcool energia e transporte**. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Leo-Da-Rocha-Ferreira/publication/279291303\\_Proalccol\\_energia\\_e\\_transporte/links/55918ebf08ae47a34910ada1/Proalccol-energia-e-transporte.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Leo-Da-Rocha-Ferreira/publication/279291303_Proalccol_energia_e_transporte/links/55918ebf08ae47a34910ada1/Proalccol-energia-e-transporte.pdf) Acesso: 25.mar.2026.